

Empresas Obrigação imposta pelo MOPTC estende-se a três dezenas de entidades.

EMPRESAS PÚBLICAS

Mário Lino exige saber com antecedência calendário de inaugurações

As Obras Públicas dizem querer apenas sistematizar informação. Para as empresas é uma exigência inédita

Celso Filipe cfilipe@mediafin.pt
Filipe Paiva Cardoso filipecardoso@mediafin.pt

Mário Lino quer saber com um mês de antecedência o que andam a fazer as empresas e organismos públicos tutelados pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) e exige ser informado do calendário de iniciativas como o lançamento de obras, adjudicações de contratos e inaugurações.

Uma nota enviada pela assessoria do Ministério a que o **Negócios** teve acesso solicita que esta “seja permanentemente informada acerca de todos os eventos públicos organizados pelos organismos tutelados pelo MOPTC, tais como inaugurações, lançamentos de obras, adjudicações de contratos, apresentação de projectos à comunicação social, etc”.

O Ministério das Obras Públicas, contactado, refuta a ideia de que a agenda se destine a um uso político. “Dada a natureza jurídica das entidades e organismos tutelados houve a necessidade de sistematizar informação”, afirmou fonte oficial do gabinete de Mário Lino. No entanto, o **Negócios** sabe que esta não é uma situação normal na relação entre tutela e empresas, sendo mesmo a primeira vez que tal solicitação surge ao longo deste mandato.

“Reforçamos a necessidade de essa comunicação ser feita todas as sextas-feiras, de forma a que o Sr. ministro tenha informação actualizada no início de cada semana” refere-se na missiva de 8 de Janeiro, que sugere mesmo como deve ser preenchida a informação exigida. E este não foi o primeiro aviso lançado por Lino, já que a 22 de Dezembro os mais de 30 organismos e empresas visadas tinham recebido a solicita-

ção. Nesta data, no ‘e-mail’ enviado pelos serviços de assessoria sublinhava-se que a informação pedida se destina a “assegurar uma mais eficiente gestão da comunicação deste Ministério”.

Mas os pedidos do MOPTC não se esgotam nas empresas ou organismos detidos pelo Estado, sendo também requisitado, por exemplo, à Portugal Telecom, cotada em bolsa, que envie ao ministro “todas as sextas-feiras, uma previsão de eventos públicos para as quatro semanas seguintes, estejam eles agendados em definitivo ou ainda com data provisional”. Deste modo, o Governo fica a saber quatro semanas antes do mercado, restantes accionistas ou CMVM das movimentações, lançamentos, compras ou qualquer outro tipo de acção da operadora privada. Entre as empresas que receberam instruções para comunicar o seu calendário de eventos contam-se a Estradas de Portugal, Transtejo, Metro de Lisboa, CTT, TAP e Refer, entre outras (ver lista ao lado).

Pedido não choca mas é difícil de concretizar
As “exigências” das Obras Públicas em termos de “timings” tornarão porém difícil conseguir “arrancar” aos destinatários desta solicitação as informações pretendidas. Pelos con-



O Ministério deve ser permanentemente informado acerca de todos os eventos públicos organizados pelos organismos tutelados.

Carta do MOPTC



Uma carta com 30 destinatários | Empresas e organismos são obrigados a responder às Obras Públicas, mesmo que não tenham eventos previstos.

tactos realizados pelo **Negócios**, é fácil perceber que, apesar dos organismos e empresas não acharem “aberrante” este pedido – apesar de insólito –, dificilmente responderão com exactidão ao que o Governo quer, tanto por não desejarem o risco de ter informações a “transpirar” para



Dada a natureza jurídica das entidades e organismos tutelados houve necessidade de sistematizar informação.

Fonte oficial do MOPTC

fora antes do planeado, como por mero desconhecimento das acções com que estarão a avançar num mês. Além disso, existe o perigo da assessoria do ministro poder intrometer-se na gestão da comunicação feita pelos responsáveis de cada uma das empresas e organismos, dizem.

A realidade é que ninguém assume que esta iniciativa, a primeira do género promovida pelo Ministério das Obras Públicas, esteja relacionada com a proximidade das eleições. Uma fonte contactada pelo **Negócios** admite até que o pedido, em si, “não é chocante”, mas acrescenta que a eventual bondade da iniciativa colide com a proximidade das eleições legislativas e autárquicas. “Porque é que não o fizeram antes?”, questiona.

